



Ata da audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 44/2021, que institui o programa de coleta seletiva dos resíduos secos domiciliares no âmbito do Município de Cordeirópolis, e dá outras providências, realizada em 18 de novembro de 2021.

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, a partir das 20 horas, foi realizada audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 44/2021, que institui o programa de coleta seletiva dos resíduos secos domiciliares no âmbito do Município de Cordeirópolis, e dá outras providências. Os convites para esta audiência foram publicados nas edições nº 1335 e 1336 do Jornal Oficial do Município, dos dias 12 e 17 de novembro de 2021. Estiveram presentes os vereadores Valmir Sanches, Neusa Aparecida Damélio Marcelino de Moraes, José Antonio Rodrigues e Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira. Abrindo a audiência, a representante da Prefeitura, Vanessa de Souza Moreno, Assessora da Secretaria de Meio Ambiente, que está ausente por uma urgência familiar. Falou que as dúvidas serão dirimidas pelo Secretário e que irá falar sobre a importância da lei e os artigos mais relevantes. Começou dizendo que é importante institucionalizar uma política de coleta seletiva de resíduos domiciliares devido ao fato de que no ano de 2020 a cidade coletou 7.490 toneladas/ano de resíduos domésticos, sendo que 240 toneladas (3,2%) vão para reciclagem e a quantidade coletada dobrou com o início do Programa Garimpar, estimando-se que 30% dos resíduos urbanos poderiam ser reaproveitados e reciclados. Falou que é nítido quando se separa, o lixo diminui e a proposta da lei é dar condições aos recicladores e permitir a manutenção e expansão do Programa Garimpar; mostrou ilustração para demonstrar que os aterros sanitários têm vida útil, inclusive o atual está terminando; que os resíduos depositados demoram anos para serem decompostos, como exemplo, o plástico demora em torno de 500 anos e que poderia ser reciclado ou reutilizado; que a coleta seletiva resolve a questão do lixo, gera renda e traz empregos para a população de menor poder aquisitivo e economia de gastos e espaço para o Município; que o objetivo é institucionalizar o "Programa Garimpar" e regularizar a parceria com os recicladores, fortalecendo e expandindo a coleta seletiva; que a lei tem 36 artigos e 9 capítulos; destacou o art. 2º com a definição de recicladores informais e não organizados em grupo e os Agentes Recicladores Autogestionários formalizados como MEI; que o capítulo II define os princípios fundamentais, destacando o art. 3º, os art. 5º e 6º, sobre a prestação do serviço público de coleta seletiva, onde a administração dá a estrutura que será utilizada pelos recicladores, o que já acontece hoje; que a responsabilidade da prefeitura seria a implantação e manutenção, dando condições para o trabalho de triagem dos recicladores; que ela poderá ceder o uso dos galpões de triagem, disciplinando o funcionamento, além e fornecer estrutura física (maquinário, EPIs, etc.) e mecanismos de controle, fiscalização e monitoramento, o que já ocorre hoje; citou o § 5º do art. 6º, que diz que o uso dos espaços e benefícios devem ser dados exclusivamente a moradores da cidade e cooperativas ou associações sediados no município; e que pelo art. 7º a administração deverá inibir a triagem e armazenamento em domicílio com finalidade comercial; destacou pontos do Capítulo IV, que fala do planejamento do Programa Garimpar, especialmente os objetivos de apoiar e estimular iniciativas de responsabilidade socioambiental e criar rede de contato com empresas compradoras para melhor comercialização e diminuir a ação de atravessadores, gerando aumento de renda ao reciclador; fornecer cursos de capacitação, incentivar a sensibilização ambiental da população e diminuir gradativamente recicláveis no aterro sanitário, que é um problema mundial; mostrou o art. 9º, que diz que o planejamento e o controle será feito pelos recicladores e outras instituições envolvidas; o art. 11, que dispõe sobre os Aspectos Econômicos Sociais, especialmente através de contratos e também



a garantia de manutenção dos filhos na escola; mostrou o art. 12, que fala da responsabilidade dos agentes recicladores autogestionários, que deverão realizar inclusão prioritária de informais nos grupos de coleta e nos trabalhos de triagem, organização e limpeza do local de trabalho e identificação através de crachás e uniformes. Exibiu art. 13, onde se define que o serviço deverá seguir normas e regulamentos técnicos e os operadores deverão promover manejo integrado de pragas, e o art. 14, que dispõe que os agentes recicladores autogestionários estão proibidos de sujar as vias públicas durante a carga ou transporte de resíduos e de deixar de usar EPIs, bem como uniformes e/ou crachás. Exibiu art. 15 sobre as competências do Poder Público e sobre as Disposições Gerais, onde se define que os estabelecimentos deverão seguir as regras da Vigilância Sanitária, inclusive os órgãos públicos deverão implantar programa de coleta seletiva e outros dispositivos relacionados a penalidades. Citou o Anexo I do projeto com as multas relacionadas às infrações. Vanessa disse que está aberta a sugestões e esclarecer o que for possível, agradeceu a contribuição que teve no processo da criação da lei e o que for possível será melhorado. Sérgio Balthazar disse que estava ouvindo a audiência pela rádio comunitária e que o volume de tonelagem cresceu bastante mas está muito aquém do desejado; que é um trabalho que precisa ser feito, que é reciclador em casa, separando e lavando para não causar transtornos, o que aprendeu com o trabalho desenvolvido com os anos; disse estar preocupado com o art. 13, sobre o controle de pragas, dizendo que sua dúvida é como é feito o controle e perguntou quantos recicladores e quantas famílias são atendidas pela cooperativa. Vanessa disse que os dados são estimativas e representam aquilo que vai para o Projeto Garimpar, sendo que na cidade se recicla mais, não havendo controle, mas precisa haver incentivo e melhoria no processo; com relação ao controle de pragas, disse que ele deve ser feito pelos recicladores no galpão, onde há monitoramento e precisa ser feita uma parceria com a Vigilância Sanitária para controle efetivo; que a responsabilidade de quem aderir ao programa e que é necessário trabalho de conscientização dos agentes e da população, sendo necessário conscientizar e informar, com cada um fazendo a sua parte. Vanessa disse que de acordo com a Secretaria de Serviços Públicos, existem oito recicladores vinculados e que existe resistência onde muitos não querem aderir, mas temos que mostrar os benefícios de aderir ao programa, com qualidade e aumento de renda; que existem outros que fazem a reciclagem, mas não estão no programa, e ideia é, através da lei, dar formalização e regramento para começar a trabalhar com os recicladores informais, mostrando o benefício de estar no programa, como aumento de renda, evitando o atravessador. José Antonio dizem que muitos não querem aderir ao grupo e estão depositando em terrenos desocupados, que é sua preocupação devido às reclamações. Perguntou se existe alguma empresa que recicla o lixo num local que não seja enterrado; que no Capítulo V, art. 11, § 3º, sobre a obrigatoriedade de manutenção dos filhos em idade escolar além de carteira de vacinação atualizada, dizendo que muitos participantes não tem filhos e não está especificando qual é o tipo de ensino. Vanessa respondeu que precisa colocar a exigência só para quem tem filhos e que deve ser colocado um artigo sobre a exigência educacional. Respondendo à primeira questão, Vanessa disse que este é o maior desafio e que o Projeto Garimpar é novo e está começando a dar resultados positivos, o que mudará a concepção dos recicladores, que precisam ser incentivados a aderir com as vantagens de maior renda e melhoria da qualidade de vida, um trabalho conjunto com a Assistência Social e a Vigilância Sanitária, mostrando como funciona e que deve ser feita a conscientização de que a participação traz melhoria de condições de vida; que existe o problema dos atravessadores que compram dos informais e a ideia eliminar o intermediário mas é necessário entender porque não há adesão; que antigamente a prefeitura dava até transporte até o programa e precisa ser feita a conscientização. A representante da



Secretaria de Meio Ambiente disse que seria terceirizado o serviço mas teria que ver como ficariam os recicladores, pois a proposta seria a responsabilização eles e ver como as empresas tratam a questão; que esta empresa conseguiria separar os recicláveis e dar destinação do resto, o que poderia diminuir o incentivo aos recicladores, questionando se ela irá dar emprego aos trabalhadores. José Antonio disse que a empresa separa o lixo e sugeriu que fosse incentivado nas escolas as crianças para a conscientização das famílias. Vanessa disse que as crianças são muito mais conscientes do que os adultos, que estão trabalhando a educação ambiental através do "Programa Bem Me Quer", a criança é o caminho para resolver o problema futuro, mas precisamos de ação agora e há proposta de postagem de vídeos educativos nas redes sociais, sendo que está sendo feito um trabalho de educação ambiental nas escolas, que foi paralisado pela pandemia. José Antonio sugeriu a distribuição de panfletos e colocação de cartazes para "jogar o lixo no lixo". Vanessa disse que o trabalho de educação ambiental precisa ser sério e contínuo e o exemplo dos pais são contrários ao que se propõe. José Antonio disse que as crianças aprendem rápido e corrigem os mais velhos. Vanessa disse que a conscientização ambiental melhor nos últimos anos, pois não podemos continuar como está devido aos problemas existentes; que precisamos mudar nossos hábitos e isso causa diferença, como a diminuição do lixo e que o que for separado vira renda para sustento das famílias. José Antonio falou que sua esposa leva os resíduos limpos para uma pessoa, que ganha mais dos que não fazem o mesmo. Vanessa Moreno disse que é necessário convencer as pessoas de que o material será entregue para outra pessoa que irá tirar seu sustento e ele precisa estar limpo. Falou que a lei vem regulamentar e melhorar uma coisa que já existe e que precisa ser expandida e que há previsão de compra de mais um caminhão para aumentar o número de bairros atendidos. Antonio Marcos da Silva disse que trabalha com recicladores que não estão integrados e é necessária conscientização com as empresas para diminuir a informalidade, que muitas vezes só mandam para estes; que o Projeto Garimpar recolhe em algumas empresas da cidade e outras reservam para os informais. Vanessa disse que não pode impedir a ação, mas tentar trazer os informais, um processo de longo prazo, sendo que o Projeto Garimpar não vai em alguns bairros devido à ação dos informais. Falou que não é sua área de atuação e que o Secretário fala sempre que é um desafio a área de resíduos; que o programa melhora a saúde e a questão financeira e o reciclador conscientizado pode aderir, que dando uma condição melhor pode atrair mais participantes. Antonio Marcos disse que conheceu o processo em Limeira, onde vai muito pouco reciclável para o aterro sanitário, onde há mais conscientização. Vanessa disse que o projeto começou em 2017, a prefeitura deu o barracão e o maquinário e Limeira está muito à frente, mas a cidade está caminhando para isso. Valmir Sanches parabenizou pelo trabalho, dizendo que até pouco tempo ninguém se importava com reciclagem e um prefeito anterior até extinguiu a Secretaria de Meio Ambiente. Falou que o trabalho, com esta nova lei, será de conscientização, ensinando as crianças e os mais velhos e ela vem num ótimo momento de conscientização, pois o país e o mundo está se deteriorando aos poucos. Falou que dificilmente a população vai atender ao que é falado, mas quando se coloca no papel, virando lei e obrigação, as crianças irão começar a ver e dar aulas aos pais de maus hábitos. Falou que o Departamento de Obras está à disposição, elogiou o progresso nesta área e que irá trabalhar para a melhoria do projeto. Vanessa Moreno citou a lei sobre resíduos de construção civil, que se vê muito pouco na rua, através do programa "Grão de Areia", onde os materiais são reutilizados nas estradas rurais; que as podas têm destinação adequada, a coleta seletiva melhorou bastante e a lei irá reforçar o processo; concordou que realmente a lei pode ser alterada e que o secretário irá responder às questões sobre o tema quando possível, pois tem mais vivência nesta área e sabe de tudo sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



resíduos. Valmir Sanches disse que acompanha o belo trabalho, já que faz parte do Executivo, tem muito a percorrer, não só a cidade como o País, e que devemos aprender e ensinar, colocando-se à disposição para uma cidade, um Estado e um país mais saudáveis. Vanessa agradeceu o espaço e disse que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente está à disposição. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a audiência, da qual foi feita esta ata por mim, Paulo César Tamiazo,

Analista Legislativo.

Valmir Sanches
Vereador

Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira
Vereador

José Antonio Rodrigues
Vereador

Neusa Ap. Damélio Marcelino de Moraes
Vereadora